Revista de Política Agrícola

Publicação da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X
ISSN 1413-4969
Página da revista: www.embrapa.br/rpa

R. pol. agríc., Brasília, v.35, e02066, 2026
DOI: 10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066

Artigo

Pnae em Viçosa, MG

Fomentando a agricultura familiar escolar[1]

Resumo – O Pnae é uma política pública brasileira que garante a oferta de alimentação escolar a estudantes da educação básica, promovendo a segurança alimentar e nutricional, além de estimular a agricultura familiar. Embora diversos estudos analisem a efetividade do programa, ainda há poucas pesquisas sobre sua execução em nível municipal, especialmente em Viçosa, MG, onde as análises sobre os repasses do FNDE, a participação dos produtores locais e a diversidade dos produtos ofertados são limitadas. Diante desse cenário, esta pesquisa investiga a implementação do Pnae em Viçosa entre 2019 e 2022, examinando a alocação dos recursos financeiros, a adesão dos agricultores e a variedade dos alimentos fornecidos às escolas, entre outros aspectos. A metodologia adotada combina abordagem qualitativa, pesquisa documental e análise estatística descritiva. Ao complementar estudos anteriores, este trabalho amplia a compreensão sobre o programa ao incluir uma análise da distribuição espacial das instituições beneficiadas e dos desafios enfrentados para a adesão a essa política. Os resultados evidenciam seu papel fundamental na educação e no fortalecimento da agricultura familiar no município. No entanto, apesar da expressiva participação de produtores locais, muitos ainda não integram o programa, ressaltando a necessidade de políticas públicas que incentivem maior inclusão e ampliem seu impacto no contexto municipal.

Palavras-chave: FNDE, políticas públicas, segurança alimentar.

Letícia Aparecida de Oliveira ✉
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, MG, Brasil
E-mail: leticia.oliveira@ufv.br
✉ Autor correspondente

Marcos Antônio de Castro Junior
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, MG, Brasil
E-mail: marcos_acjunior@outlook.com

Fernanda Aparecida Silva
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, MG, Brasil
E-mail: fernanda.aparecida@ufv.br

Recebido
2/8/2025

Aceito
25/2/2026

Como citar
OLIVEIRA, L.A. de; CASTRO JUNIOR, M.A. de; SILVA, F.A. Pnae em Viçosa, MG: fomentando a agricultura familiar escolar. **Revista de Política Agrícola**, v.35, e02066, 2026. DOI: https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066.

Pnae in Viçosa, MG: fostering school family farming

Abstract – The Pnae (National School Feeding Program) is a Brazilian public policy that guarantees the provision of

[1] O presente trabalho é derivado de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e contou com versão preliminar apresentada nos Anais do 63º Congresso da Sober, em 2025, tendo sido substancialmente revisado, aprimorado e adequado para submissão à Revista de Política Agrícola.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International.

school meals to basic education students, promoting food and nutrition security while stimulating family farming. Although several studies analyze the program's effectiveness, there is still limited research on its implementation at the municipal level, particularly in Viços, MG, where analyses regarding FNDE transfers, local producers' participation, and the diversity of supplied products remain sparse. Given this context, this study investigates the implementation of Pnae in Viçosa between 2019 and 2022, examining the allocation of financial resources, farmers' adherence, and the variety of food provided to schools, among other aspects. The adopted methodology combines a qualitative approach, documentary research, and descriptive statistical analysis. By complementing previous literature, this work expands the understanding of the program by incorporating a spatial distribution analysis of the beneficiary institutions and the challenges faced for adherence to Pnae. The results highlight its fundamental role in education and in strengthening family farming in the municipality. However, despite the significant participation of local producers, many are not yet integrated into the program, underscoring the need for public policies that encourage greater inclusion and broaden its impact within the municipal context.

Keywords: FNDE, public policies, food security.

Introdução

A suplementação alimentar no Brasil integra as políticas públicas desde 1945, com a criação do Conselho Nacional de Alimentação (CNA), voltado à análise nutricional da população. Ao longo das décadas, diversas iniciativas foram implementadas, como a Campanha da Merenda Escolar (CME) em 1955 e sua reformulação no ano seguinte pelo governo de Juscelino Kubitschek, priorizando a aquisição de produtos nacionais por meio da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) (FNDE, 2013; Melo, 2021). A Constituição Federal de 1988 consolidou a alimentação escolar como um direito fundamental, impulsionando mudanças que culminaram na criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em 1993 (Peixinho, 2013; Brasil, 2016). Esse programa passou a ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1997, ampliando seu alcance e eficiência (Brasil, 1968; Melo, 2021). Além de garantir segurança alimentar aos estudantes, a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009) determinou que pelo menos 30% dos recursos do FNDE fossem destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, medida reforçada pela Resolução nº 6/2020 (FNDE, 2020), que simplificou o processo de compra ao dispensar a necessidade de licitação.

Os estudos sobre o Pnae adotam diferentes abordagens quanto à sua implementação e impactos. Rocha et al. (2018) analisaram a atuação do programa em Viçosa, enfatizando desafios na integração com a agricultura familiar. Silva et al. (2023) examinaram os impactos do Pnae na segurança alimentar e na economia local, enquanto Silva (2021) investigou desafios logísticos na região Nordeste do Pará. Saraiva et al. (2013) discutiram dificuldades administrativas e financeiras na gestão municipal do programa, e Bastos et al. (2024) analisaram seus impactos econômicos e sociais sobre a agricultura familiar. No entanto, ainda são escassos os estudos detalhados sobre a execução do Pnae em nível municipal, especialmente em Viçosa, que se destaca por seus elevados índices de desenvolvimento humano e pela excelência educacional. Além disso, a literatura carece de análises sobre a relação entre os repasses financeiros do FNDE, a participação dos produtores locais e a diversidade dos produtos ofertados às escolas municipais.

Portanto, o presente estudo busca analisar a execução do Pnae no Município de Viçosa, no período de 2019 a 2022. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) levantar o montante financeiro repassado pelo FNDE; ii) analisar como a legislação vigente do Pnae é implementada no município; iii) identificar o número de produtores que participam do programa em Viçosa; iv) realizar um levantamento e descrição dos produtos ofertados pela agricultura familiar às escolas municipais; e v) quantificar o número de alunos beneficiados por essa política no município. A metodologia empregada compreende uma pesquisa documental, exploratória e descritiva, conduzida no município de Viçosa. A abordagem é qualitativa, com coleta de dados em fontes públicas e análise estatística descritiva realizada no Microsoft Excel.

Diante disso, esta pesquisa analisa a execução do Pnae em Viçosa entre 2019 e 2022, com foco nos repasses financeiros do FNDE e sua influência na participação dos agricultores locais. O estudo amplia as análises de Silva et al. (2021, 2023) ao investigar o programa em um município de alto IDH, explorando como esse contexto im-

R. pol. agríc., Brasília, v.35, e02066, 2026
DOI: 10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066

pacta sua implementação. Além disso, complementa Saraiva et al. (2013) ao aprofundar a relação entre financiamento público e participação agrícola, e Bastos et al. (2024) ao examinar a operacionalização do programa e seus impactos econômicos na agricultura familiar. Diferenciando-se de pesquisas anteriores, esta análise destaca a distribuição espacial das instituições beneficiadas, a evolução da participação dos agricultores familiares e os desafios enfrentados na adesão ao programa, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de alimentação escolar

Agricultura familiar e políticas públicas de alimentação no Brasil

A agricultura familiar é um dos pilares da agropecuária brasileira, sendo responsável por expressiva parcela dos alimentos consumidos no País. Segundo a Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar é aquele que não detém área superior a quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente a mão de obra da própria família e dirige o empreendimento com seu apoio (Brasil, 2006). Em Viçosa, um módulo fiscal equivale a 22 hectares, permitindo um limite de até 88 hectares para a categoria (Incra, 2026). Embora historicamente associada ao baixo desenvolvimento, a agricultura familiar tem se modernizado com o acesso a informação, capacitação e crédito. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o segmento ocupa cerca de 23% da área agricultável e responde por 77% dos estabelecimentos agropecuários nacionais (IBGE, 2019).

O FNDE, criado pelo Decreto-Lei nº 872/1969, é o principal executor de políticas educacionais no País, destacando-se pela gestão descentralizada do Pnae (FNDE, 2018). Com orçamento de R$ 72,19 bilhões em 2022 e previsão de R$ 84,3 bilhões para 2023 (FNDE, 2023b), o órgão atua de forma estratégica, estimando a entrega de 442 obras e o repasse de R$ 477,96 milhões para a frota escolar no mesmo período (FNDE, 2023c).

O Pnae tem como missão garantir a alimentação aos estudantes, sendo crucial para a saúde e o desenvolvimento nutricional na educação básica. Criado nas décadas de 1940 e 1950, o programa foi consolidado pela Constituição de 1988 (Brasil, 2016) e fortalecido pela Lei nº 11.947/2009, que determinou a destinação de no mínimo 30% dos seus recursos à compra de alimentos da agricultura familiar (Brasil, 2009). Com orçamento de R$ 3,56 bilhões em 2023 (FNDE, 2023a), o programa atende milhões de alunos no País, tendo seus valores *per capita* reajustados recentemente (Tabela 1).

Diversos estudos analisam os impactos do Pnae e sua relação com a produção familiar. Elias et al. (2023) investigaram os efeitos do programa sobre o emprego e a permanência de agricultores no campo em Santa Catarina, destacando sua contribuição para a estabilização da renda. Rodrigues (2023) analisou os reflexos da pandemia, evidenciando desafios logísticos e a relevância do Pnae na segurança alimentar durante a crise sanitária. Em Viçosa, Trivellato (2018) estudou a participação da agricultura familiar, apontando a insegurança alimentar e as barreiras para o cumprimento das exigências do programa. Martins et al. (2024) examinaram a aplicação dos recursos no Pará entre 2011 e 2019, observando avanços na alocação orçamentária, mas também a necessidade de maior eficiência distributiva. Por fim, Vitorino-Santos et al. (2024) realizaram uma revisão sistemática sobre as políticas de alimentação saudável no âmbito do Pnae, enquanto Nascimento & Pinho (2024) discutiram a escassez de nutricionistas e seus impactos na qualidade das refeições oferecidas.

Tabela 1. Variação percentual dos valores *per capita* do Pnae.

Etapa educacional	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação (%)
Creches	1,07	1,37	28
Pré-escolas	0,53	0,72	36
Ensino fundamental e médio	0,36	0,50	39
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	0,32	0,41	28
Escola quilombola e indígena	0,64	0,86	34
Escolas em tempo integral	1,07	1,37	28
Escola de fomento ao ensino médio	2,00	2,56	28
Atendimento especializado	0,53	0,68	28

Fonte: Brasil (2023).

A interseção entre agricultura familiar e alimentação escolar evidencia a importância de um sistema integrado que fortaleça a produção rural e a segurança alimentar dos estudantes. Sob a gestão do FNDE, o Pnae impulsiona o desenvolvimento socioeconômico no campo e garante nutrição de qualidade nas escolas. Contudo, a consolidação desse modelo sustentável exige superar gargalos como a ineficiência na gestão dos recursos, entraves logísticos e a carência de suporte técnico a produtores e gestores municipais.

Metodologia

A metodologia deste estudo está estruturada em três tópicos: 1) Classificação da pesquisa, que a caracteriza como documental, exploratória e descritiva; 2) Localidade do estudo, que apresenta as características geográficas, demográficas e econômicas de Viçosa; e 3) Técnica de coleta e análise de dados, que descreve a abordagem qualitativa, a consulta a fontes públicas e a sistematização dos dados no software Microsoft Excel 2016 por meio de estatística descritiva.

Classificação da pesquisa

Com base nos referenciais de Gil (2008), este estudo classifica-se como uma pesquisa documental, de caráter exploratório e descritivo. O delineamento metodológico fundamenta-se na análise descritiva de variáveis correlacionadas ao tema, visando não apenas à sua observação e descrição, mas também à identificação e apresentação dos fatores determinantes para a ocorrência do fenômeno investigado.

Localidade do estudo

O município de Viçosa localiza-se na Zona da Mata Mineira e faz divisa com Paula Cândido, Porto Firme, Cajuri, Coimbra, São Miguel do Anta, Guaraciaba e Teixeiras. A cidade é polo de uma microrregião composta por nove municípios, consolidando-se como referência regional em saúde, educação e comércio. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui área territorial de 299,418 km² e população residente de 76.430 habitantes, predominantemente urbana. Vale destacar a expressiva população flutuante motivada pela presença de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dados da Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural indicam que o município conta com cerca de 232,40 km de estradas rurais, correspondendo a 77% do território (Trivellato, 2018), fundamentais para o escoamento agrícola e o transporte local. A economia municipal destaca-se pelos setores de bens, serviços e mercado imobiliário, impulsionados pelo fluxo anual de novos residentes ligados ao setor educacional. A estrutura produtiva abrange ainda a agropecuária e agroindústrias locais, resultando em um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 1,7 bilhão e PIB per capita de R$ 22.479,92 (IBGE, 2020). A Figura 1 apresenta o mapa de Viçosa, fornecendo a representação geográfica do município. Disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural[2], o mapa subsidia a contextualização espacial e territorial dos dados analisados.

Técnica de coleta de dados

A coleta de dados adotou uma abordagem qualitativa baseada na análise de fontes públicas, incluindo o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Viçosa – para extração de editais públicos – e o portal do FNDE, para levantamento dos repasses financeiros destinados ao município. Os dados foram sistematizados no software Microsoft Excel 2016 e analisados por meio de estatística descritiva, com apresentação dos resultados em gráficos e tabelas.

Resultados e discussão

Instituições de ensino e alunos beneficiados

O Pnae desempenha função de significativa relevância no contexto educacional de Viçosa. Sob gestão municipal, sua atuação estende-se das escolas públicas às instituições filantrópicas, fun-

[2] VIÇOSA (MG). Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural. **Relatórios e documentos internos relativos à pesquisa de preços para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Viçosa, 2023. Documento interno não publicado.

R. pol. agríc., Brasília, v.35, e02066, 2026
DOI: 10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066

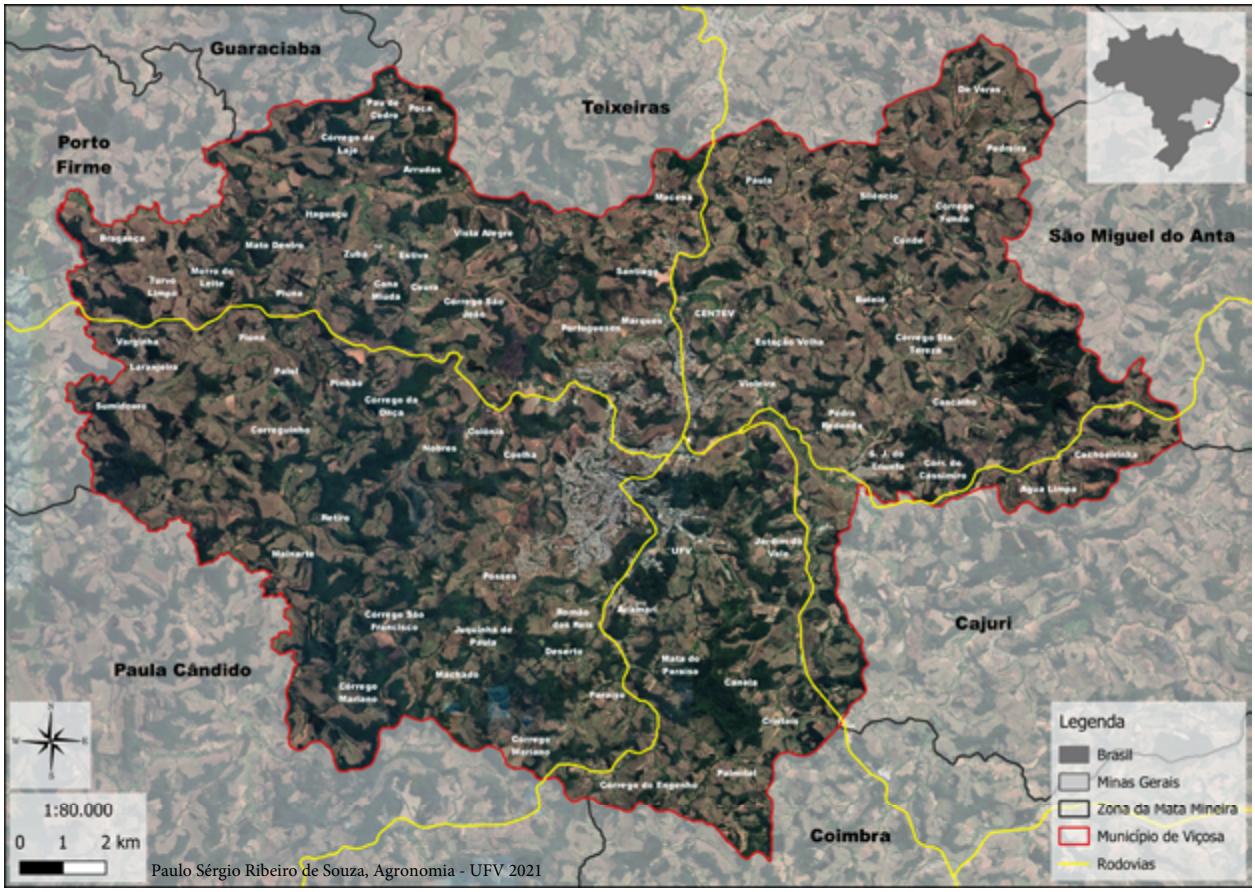


Figura 1. Mapa de Viçosa, MG.

damentais na oferta de educação e serviços sociais à população. A Tabela 2[3] mostra as instituições beneficiadas pela distribuição de alimentos do Pnae.

A análise dos dados revela que a maioria das instituições escolares – 16 das 20 escolas municipais – situa-se na área urbana, bem como todas as entidades filantrópicas beneficiárias, conforme evidenciado na Figura 2[4]. Em contrapartida, a zona rural abriga apenas quatro escolas, disparidade decorrente da concentração populacional urbana.

A distribuição espacial das instituições educacionais demanda reflexão no âmbito das políticas públicas e do planejamento educacional, considerando a presença de diversas comunidades rurais no município. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas voltadas ao meio rural, como a criação de escolas agrícolas. Tais instituições poderiam mitigar o êxodo rural e a evasão escolar ao introduzirem metodologias pedagógicas que valorizem o campo, evidenciando oportunidades de empreendedorismo e qualidade de vida local, fortalecendo a comunidade e promovendo maior equilíbrio territorial.

A Figura 3[5] mostra a distribuição dos alunos da rede municipal e das entidades filantrópicas beneficiados pelo Pnae em Viçosa, refletindo a abrangência do programa e sua relevância na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

Em 2022, a rede municipal registrou 4.849 alunos matriculados em diferentes modalidades de ensino, além de 1.069 estudantes vinculados a instituições filantrópicas. A inclusão das entidades filantrópicas no Pnae condiciona-se à participação no censo escolar conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos

[3] VIÇOSA (MG). Secretaria Municipal de Educação. Setor de Alimentação Escolar. **Dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Viçosa, 2023. Documento administrativo não publicado.
[4] Ibid.
[5] Ibid.

Tabela 2. Instituições municipais e filantrópicas beneficiadas pelo Pnae em Viçosa.

Escola municipal	Entidade filantrópica
CME Dr. Januário Andrade	Apov
EM Almiro Paraíso	Abas
EM Anita Chequer	Centro de Educação Maria
EM Coronel Antônio	Centro Infantil Maria Tereza
EM Arthur Bernardes	SOS Viçosa
EM José Teotônio	Pingo de Luz
EM Dr. Juscelino Kubistchek	Creche Santa Terezinha
EM João Francisco da Silva	Creche São Joao Batista
EM José Lopes Valente	Cantinho Feliz
EM Edmundo Lins	Três Pastorzinhos
EM N. Sra. de Fátima	Rebusca
EM Padre Francisco	Centro de Educação N. Sra. de Lourdes
EM Pedro Gomide	Apae
EM Prof. Mario Del Giudice	
CMEI Presidente Getúlio	
CMEI Prof.ª Maria José	

Nota: CME – Centro Municipal de Educação; EM – Escola Municipal; CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.

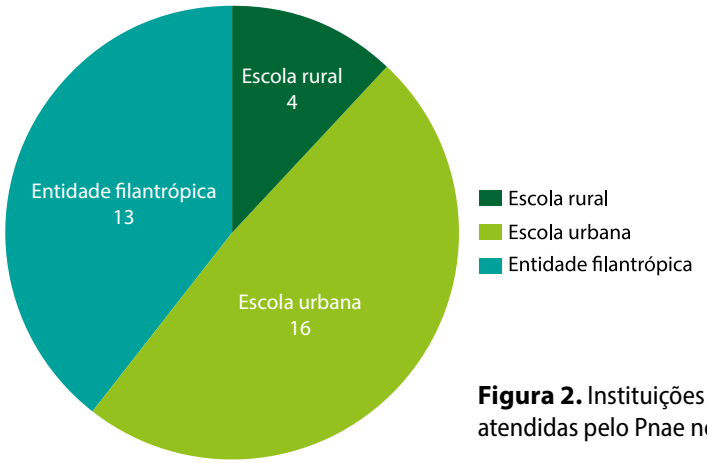


Figura 2. Instituições de ensino municipais e filantrópicas atendidas pelo Pnae no Município de Viçosa.

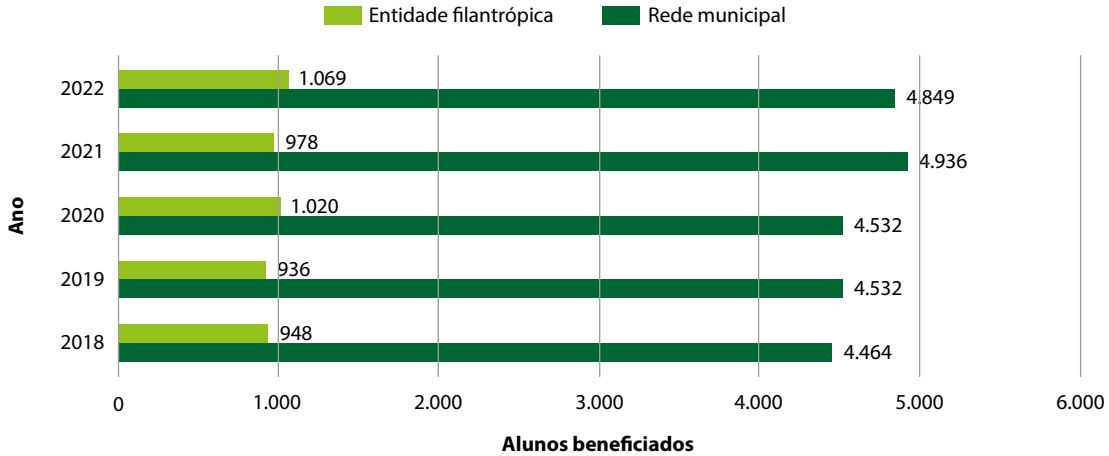


Figura 3. Distribuição de alunos beneficiados pelo Pnae na rede municipal de ensino e em entidades filantrópicas de Viçosa.

R. pol. agríc., Brasília, v.35, e02066, 2026
DOI: 10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e ao registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para tornarem-se aptas ao recebimento dos repasses (Peixinho, 2013).

Os valores transferidos pelo FNDE aos municípios são calculados com base no número de alunos e na modalidade de ensino, segmentada em oito grupos: creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA), escolas quilombolas e indígenas, tempo integral, fomento ao ensino médio e atendimento especializado, cujos valores vigentes constam da Tabela 1.

Fornecimento de alimentos

A aquisição de alimentos pelo Pnae ocorre via chamadas públicas, regulamentadas pela Resolução nº 6/2020 do FNDE (FNDE, 2020), cujo artigo 32 exige ampla divulgação dos editais em veículos de comunicação, organizações de agricultura familiar e entidades de assistência técnica.

A efetividade da adesão depende da disseminação das informações e da atuação conjunta entre a Secretaria de Agropecuária municipal e a Emater. Nos editais, os agricultores encontram as diretrizes para elaborar o projeto de comercialização, contendo dados pessoais e bancários, relação de produtos, preços e declaração de autossuficiência produtiva.

A seleção dos fornecedores deve observar o art. 14, § 1º, da Lei nº 11.947/2009, alinhando os preços ao mercado local (Brasil, 2009). Conforme o art. 31 da Resolução nº 6/2020, os valores são definidos por pesquisa de mercado realizada em no mínimo três estabelecimentos, priorizando feiras da agricultura familiar (FNDE, 2020). Em Viçosa[6], essa pesquisa considera um mercado, um sacolão e a feira livre municipal.

A Figura 4 apresenta a evolução da quantidade de produtores rurais participantes do Pnae em Viçosa por semestre e local de residência. Observa-se crescimento entre o primeiro semestre de 2019 (22 produtores) e o segundo semestre de 2022 (34 produtores), sinalizando o fortalecimento da agricultura familiar local. Em contrapartida, os fornecedores de outros municípios mantiveram-se reduzidos (entre 0 e 2 por semestre), confirmando a priorização da produção municipal. A queda pontual no primeiro semestre de 2022 pode relacionar-se a fatores conjunturais, como entraves logísticos ou variações de mercado.

A análise dos contratos revelou a participação expressiva da Cooperativa de Agricultores Familiares Solidária (Coopaf-Muriaé), presente em cinco das dez chamadas públicas analisadas, somando R$ 411.201,49. Somente em 2022, a Coopaf captou 22% dos recursos da agricultura familiar no município.

Embora a atuação da Coopaf seja regular e respaldada pelo modelo cooperativo, a necessidade de recorrer a organizações externas sinaliza uma lacuna na organização da produção em Viçosa, resultando no direcionamento de recursos do Pnae para outros municípios.

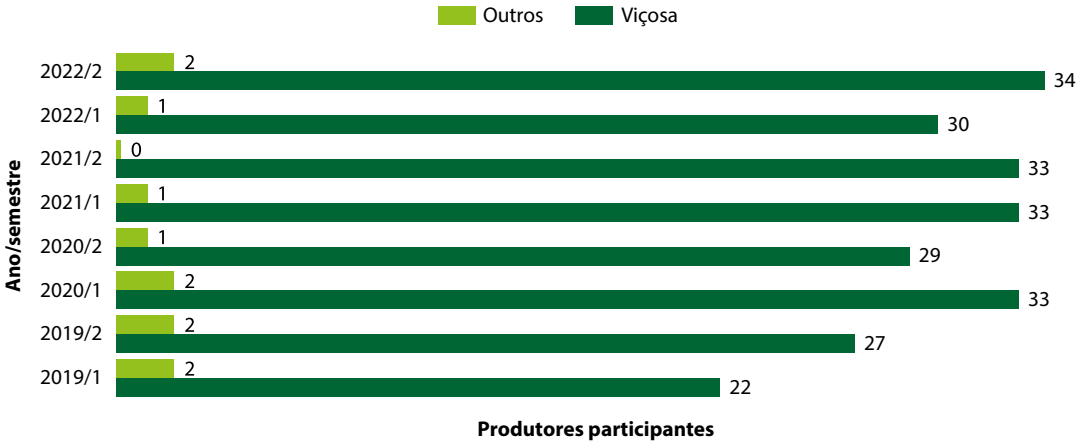


Figura 4. Evolução semestral do número de produtores participantes do Pnae no município de Viçosa.

Fonte: Viçosa (2023a, 2023b).

[6] VIÇOSA (MG). Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural. **Relatórios e documentos internos relativos à pesquisa de preços para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Viçosa, 2023. Documento interno não publicado.

A Figura 5 detalha a permanência dos produtores no Pnae em Viçosa. A adesão oscila ao longo do tempo: o maior grupo (12 produtores) esteve no programa por 3 semestres, enquanto cerca de 10 produtores participaram por 1 e 8 semestres. Apenas 2 produtores mantiveram-se por 5 e 9 semestres, evidenciando rotatividade na participação.

Essa variação decorre de desafios no cumprimento de exigências sanitárias, burocráticas e logísticas, oscilações nos custos de produção, escassez de suporte técnico e limitações na capacidade produtiva (Elias et al., 2023). Mudanças na gestão municipal, atrasos nos pagamentos e problemas logísticos também influenciam a desistência ou o ingresso de novos fornecedores.

Por outro lado, nota-se boa retenção: dos 68 produtores mapeados nos dez semestres da base de dados, 57 apresentaram participação recorrente no município, demonstrando a aceitabilidade do Pnae entre os agricultores rurais.

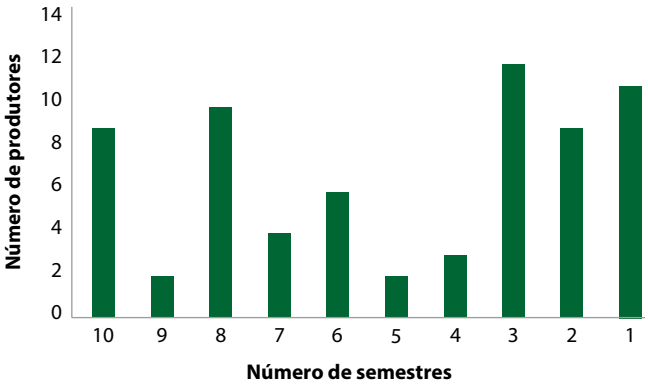


Figura 5. Número de produtores que participam do Pnae por pelo menos um semestre no Município de Viçosa.

Fonte: Viçosa (2023a, 2023b).

Recursos e despesas com execução do Pnae

A Tabela 3 mostra os gastos do Município de Viçosa com o Pnae entre 2018 e 2022. Observa-se tendência de crescimento nas despesas *per capita*, impulsionada pelos reajustes anuais nos preços dos alimentos. Destaca-se um aumento atípico de 47% nas despesas no segundo semestre de 2022 em relação ao primeiro. Embora associado ao crescimento do número de alunos (Figura 3), esse incremento substancial requer investigações futuras para identificar suas causas específicas.

A Tabela 4 evidencia a aplicação do percentual mínimo de 30% dos recursos do FNDE na compra direta da agricultura familiar, conforme o art. 14 da Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009). Os dados confirmam que o município cumpriu a exigência legal em todo o período analisado, apresentando crescimento constante nas aquisições até 2021 e oscilações em 2022.

Na prestação de contas de 2022, o FNDE identificou saldos reprogramados de exercícios anteriores e optou por complementar os repasses sem efetuar o valor integral, exigindo que o município assumisse contrapartidas financeiras para cobrir a execução do programa.

Cabe ressaltar que, entre 2020 e 2021, as aquisições da agricultura familiar não foram inter-

Tabela 3. Despesas semestrais da Prefeitura Municipal de Viçosa com a agricultura familiar através do Pnae.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
1º Semestre letivo (R$)	245.391,83	234.840,29	243.079,78	334.753,89	428.798,45
2º Semestre letivo (R$)	230.733,87	244.012,57	212.062,39	207.486,67	904.468,71
Custo total (R$)	476.125,70	478.852,86	455.142,17	542.240,56	1.333.267,16

Fonte: Viçosa (2023a, 2023b).

Tabela 4. Valores dos recursos federais repassados e valores gastos com a agricultura familiar em Viçosa.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Recursos federais repassados (R$)	675.740,20	717.532,00	818.001,80	832.323,80	189.136,67
Despesa do município com a agricultura familiar (R$)	476.125,7	478.852,86	455.142,17	542.240,56	1.333.267,16
Percentual repassado à agricultura familiar (%)	32	34	37	44	252

Fonte: Viçosa (2023a, 2023b).

R. pol. agríc., Brasília, v.35, e02066, 2026
DOI: 10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02066

rompidas, apesar da suspensão das aulas presenciais decorrente da pandemia de Covid-19. Para garantir a alimentação dos estudantes e o cumprimento das diretrizes do Pnae, a Prefeitura Municipal de Viçosa organizou a distribuição de kits de alimentos para retirada pelos responsáveis. A estratégia assegurou a rede de segurança alimentar dos alunos e manteve a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares locais durante a crise sanitária.

Considerações finais

Este trabalho analisou o Pnae, contextualizando a iniciativa no âmbito nacional e enfatizando sua execução no Município de Viçosa entre 2019 e 2022. De natureza exploratória e descritiva, a pesquisa investigou os repasses do FNDE, a aquisição de produtos e os impactos da política sobre os agricultores familiares e alunos da rede municipal.

Os resultados evidenciam a relevância do Pnae em Viçosa, cumprindo seu papel de promover a segurança alimentar na educação básica e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar.

Contudo, apesar da adesão de produtores locais, parcela expressiva dos agricultores do município ainda não integra o programa. Torna-se imperativo o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo para ampliar a participação dos produtores rurais.

Nesse contexto, destaca-se a relevância de articular e fortalecer organizações coletivas ou cooperativas locais. Essa estratégia permitiria que agricultores com menor escala produtiva atendessem às chamadas públicas, retendo os recursos do Pnae no município e impulsionando a economia local.

Por fim, identifica-se uma tendência de crescimento nas despesas municipais com o Pnae, impulsionada pelos reajustes no preço dos alimentos, sobressaindo-se o aumento atípico no segundo semestre de 2022, que demanda investigações futuras para a compreensão de suas causas específicas.

Referências

BASTOS, R.C.; LORETO, M. das D.S. de; EMMENDOERFER, M.L.; SOUZA, G.B.P. de. As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares como geração de oportunidades para o desenvolvimento. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v.17, p.162-197, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reajuste no PNAE supera 40% em alguns estados**. Brasília, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/reajuste-no-pnae-supera-40-em-alguns-estados>. Acesso em: 2 jul. 2026.

ELIAS, L. de P.; CAVALCANTE FILHO, P.G.; CUNHA, M.P. da; BELIK, W. Impactos do programa nacional de alimentação escolar sobre o emprego e a permanência no campo de agricultores familiares em Santa Catarina. **Mercado de Trabalho**, v.75, p.1-20, 2023. DOI: https://doi.org/10.38116/bmt75/pf2.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução no 6, de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 26 out. 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FNDE 50 anos, meio século de educação por inteiro**. 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/50anos/timeline/index.html#home>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: histórico. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 23 jun. 2026.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae. Acesso em: 9 out. 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório de Gestão 2023**: Orçamento, Financeiro e Contábil. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/orcamento-financeiro-e-contabil#:~:text=Foi%20consignada%20ao%20FNDE%2C%20pela,13%2C5%20bilh%C3%B5es%20de%20cr%C3%A9dito>. Acesso em: 9 out. 2023b.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório Mensal de Ações do FNDE**: agosto de 2023. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/media-1/balancos-fnde/2023/fnde_relatorio-mensal-agosto.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 23 jun. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Viçosa (MG): Panorama. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>. Acesso em: 24 jun. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Viçosa (MG)**: Produto Interno Bruto dos Municípios. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/pesquisa/38/46996?ano=2020>. Acesso em: 24 jun. 2026.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plataforma de Governança Territorial (PGT)**: consulta de índices básicos. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MARTINS, G.C.C.; SANTOS, W.M. dos; LOPES, M.L.B.; FILGUEIRAS, C.C.; COSTA, N.L.; ARAÚJO, J.G. de; LOUREIRO, J.P.B. de; SANTOS, M.A.S. dos. Evolução e desempenho da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado do Pará no período de 2011 a 2019. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.15, p.1-27, 2024. DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i4.3630.

MELO, M. Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar. **O joio e o trigo**, 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

NASCIMENTO, M.P.P.; PINHO, A.M. Entre o ideal e o real: as implicações do baixo número de nutricionistas na aplicação do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.10, p.4853-4866, 2024. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16748.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, p.909-916, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002.

ROCHA, N.P.; FILGUEIRAS, M. de S.; ALBUQUERQUE, F.M. de; MILAGRES, L.C.; CASTRO, A.P.P.; SILVA, M.A.; COSTA, G.D. da; PRIORE, S.E.; NOVAES, J.F. de. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.52, art.16, 2018. DOI: https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052007090.

RODRIGUES, S.N.R. **Programa de alimentação escolar e segurança alimentar**: um olhar sobre a pandemia e seus impactos na alimentação dos estudantes da educação básica no ensino público. 2023. 96p. Dissertação (Magister Scientiae) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/1b7671ae-e103-4130-a33b-03f5a0a1b8e4>. Acesso em: 3 ago. 2024.

SARAIVA, E.B.; SILVA, A.P.F. da; SOUSA, A.A. de; CERQUEIRA, G.F.; CHAGAS, C.M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, p.927-935, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004.

SILVA, I.R.P. da; FRAZÃO, A. das G.F.; DIAS, I.A.; SILVA, M.V.S. da; DUTRA, C.D.T.; LEÃO, P.V.; ANDRADE, M.A. Alimentação escolar e agricultura familiar: limitações e potencialidades de sua operacionalização no nordeste paraense. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.15, p.75-91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9193>. Acesso em: 2 jul. 2026.

SILVA, S.P.; SAMBUICHI, R.H.R.; ALVES, F.; CIRÍACO, J. da S. Agricultura familiar e alimentação escolar: contribuições para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n.76, p.211-223, 2023. DOI: https://doi.org/10.38116/bmt76/af2.

TRIVELLATO, P.T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: participação da agricultura familiar em Viçosa-MG e a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores fornecedores. 2018. 192p. Dissertação (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_9cb68b6d9f188945e2b61bf75bfd240f>. Acesso em: 4 nov. 2023.

VIÇOSA (MG). Prefeitura Municipal. **[Chamada Pública nº 1/2023]**: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Viçosa, 2023a. Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/chp-1-2023/21917>. Acesso em: 2 jul. 2026.

VIÇOSA (MG). Prefeitura Municipal. **[Chamada Pública nº 8/2023]**: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Viçosa, 2023b. Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/chp-8-2023/22039>. Acesso em: 2 jul. 2026.

VITORINO-SANTOS, D.F.; SILVA, D.W.; LUSTOSA, D.C.; ALVES, H. da S.; VIEIRA, T.A. Políticas públicas e alimentação saudável: a relação entre o PNAE e agricultura familiar a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.13, p.1-20, 2024. DOI: https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-188-2024.